



Processo nº (a): 17.036/13

Apenso: Processos nºs 190.000.565/05 (quatro volumes) e 190.001.043/05 (seis volumes)¹.

Interessado: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH.

Assunto: Tomada de Contas Especial

Valor Envolvido: R\$ 50.788,27²

Ementa: Tomada de Contas Especial para apurar a ocorrência de prejuízo em contrato de locação de imóvel (Contrato nº 6/05), firmado entre a SEMARH e a empresa Data Construções e Projetos Ltda..

Análise inicial.

O Órgão técnico sugere que se conheça da TCE e que se determine a citação do executor do ajuste e do Secretário de Apoio Operacional, para que apresentem defesa ou, se preferirem, recolham o valor do débito.

O Diretor da 3ª Divisão de Contas manifesta-se em Cota Complementar. Defende, com base em precedente (Processo nº 633/04 - Decisão nº 1.415/13), a citação, também, da empresa beneficiada pelos valores pagos a mais pela Administração.

O Ministério Público emite seu parecer em linha com a instrução.

Voto convergente para o Diretor da 3ª Divisão de Contas.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada pela então Secretaria de Estado da Ordem Pública do DF, atual Secretaria de Transparência e Controle – STC, para apurar a ocorrência de prejuízo no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal –

¹ As folhas indicadas com um asterisco (*) são do Processo n.º 190.000.565/2005 e com dois asteriscos (**) são do Processo n.º 190.001.043/2005.

² Valor nominal, referente a “outras despesas”, pagas durante o exercício de 2006, conforme levantamento realizado pela CTCE (fl. 812*) e documentos constantes do Processo n.º 190.001.043/2005.



SEMARH, em razão dos fatos tratados no Processo nº 190.000.565/05, conforme Ordem de Serviço/SEOPS nº 8, de 21.01.10 (fl. 2 e 766*).

O processo em questão tratou, inicialmente, do Contrato nº 6/05, de 29.08.05, firmado entre a SEMARH e a empresa Data Construções e Projetos Ltda., tendo por objeto a locação do imóvel situado na Quadra 2, Bloco "L", Edifício Lino Martins Pinto, Setor Bancário Sul, com área de 3990 m². Esses autos abrangeram, também, a sindicância relativa à execução do citado ajuste (relatório visto às fls. 742/748*) e os procedimentos pertinentes à TCE.

A Unidade Técnica consigna, com base no Relatório de Comissão de Sindicância de fls. 10/21, terem sido autuados os Processos nºs 190.001.043/05³ e 390.001.959/07, relativos ao pagamento das faturas decorrente do mencionado contrato.

Conclui terem sido pagas despesas em desacordo com o estabelecido no Termo de Rerratificação, Anexo I, item III, ao Contrato nº 6/05 (respectivamente, fls. 243/246* e 299/304*).

A partir das apurações feitas pela Comissão de Tomada de Contas Especial (fls. 811/816*) e dos documentos constantes do Processo nº 190.001.043/2005, indica que o prejuízo alcançou o montante de R\$ 50.788,27, em 2006, que atualizados para 2013, corresponde a R\$ 72.761,73 (fls. 26).

A responsabilidade recaiu, solidariamente, sobre o Executor do ajuste, Sr. Nelson Souza Marques, e o Secretário de Apoio Operacional, Sr. José Benevenuto Estrela, como indicado na Matriz de Responsabilidade de fl. 27.

Nessas condições, por meio da Informação nº 261/13, o corpo instrutivo sugere que se conheça da TCE e que se determine a citação dos responsáveis, para que apresentem defesa ou, se preferirem, recolham o débito apontado.

O teor da instrução é a seguir reproduzido:

II – DA FORMALIZAÇÃO

4. Os autos encontram-se satisfatoriamente formalizados, obedecendo à composição prevista no art. 3º da Resolução/TCDF n.º 102, de 9/5/1998, exclusive o estabelecido no inciso IX, alíneas "a" *in fine*, "b", "d" e "e" *in fine*,⁴ visto que não foram indicados a data de nascimento, a filiação, o endereço completo e o telefone atualizado. Também, não consta informação acerca da matrícula e do cargo, bem como o órgão de vinculação dos responsabilizados, ou esclarecimentos acerca da inexistência desses dados, por não serem servidores do GDF. Contudo, essas ausências não obstam à análise da TCE, mormente, por que, no que

³ Esse está apensando a estes autos, mas o outro não.

⁴ Combinado com a Decisão n.º 1503/1997.



se refere ao endereço, tem-se que as citações podem ser feitas naqueles utilizados pela CTCE nos Mandados de Notificação de fls. 787/788* e, ainda, o do representante legal⁵, constante às fls. 802/808*. Logo, tem-se como superada essa questão.

5. Ademais, é de observar que, na fase interna, a CTCE oportunizou o exercício do contraditório e da ampla defesa, na forma do art. 5º, inciso IV, da Resolução/TCDF n.º 102/1998, conforme se extrai dos fundamentos do seu relatório (fls. 811/816*).

III – DAS APURAÇÕES DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

6. Por intermédio do Relatório de TCE n.º 114/2011 – CPTCE 1F/DIEXEII/SUTCE/STC (fls. 811/816*), a Comissão de Tomada de Contas Especial – CTCE, após discorrer sobre as apurações, concluiu e recomendou o que segue:

*“Ante o exposto, após terem sido colhidos os dados suficientes para formar juízo tranquilo sobre os fatos e as irregularidades em apuração, esta Comissão firmou o entendimento de que o senhor **José Benevenuto Estrela**, Subsecretário de Apoio Operacional, à época, CPF nº 020.679.861-04, e o senhor **Nelson Souza Marques**, executor do contrato, CPF nº 084.566.151-53, são os responsáveis, solidariamente, pelo prejuízo causado ao Erário Distrital, no valor de **R\$ 64.678,40 (sessenta e quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos)** em decorrência da realização de despesas denominadas ‘outras despesas’ consideradas irregulares.*

3.1.1 Das Recomendações

Ressalta-se que constam no processo apenso valores relativos a ‘outras despesas’ referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março e maio de 2007, mas não consta nos autos documentos de tais meses, bem como os pagamentos, em razão disso, a Comissão não os considerou para o cálculo do valor do prejuízo.

Segundo o servidor Eustáquio Borges Magalhães, responsável pela elaboração da Nota Técnica nº 145/2009 (fls. 755/763 do presente processo), as ‘outras despesas’ dos meses citados acima constam do processo nº 390.001.959/2007, inclusive com orientação de serem glosadas.

Diante disso, sugere-se que a Semarh verifique se houve o pagamento dessas despesas denominadas ‘outras despesas’ relativas ao ano de 2007 e caso haja o pagamento, bem como as mesmas irregularidades apontadas no presente relatório que seja instaurada TCE.

Verifica-se que a Secretaria de Estado de Fazenda do DF alugava alguns andares do mesmo prédio e também era responsável pelo pagamento de uma parcela das despesas, no presente processo só constam os pagamentos realizados pela Semarh. Assim, sugere-se que a Secretaria de Fazenda analise os processos de pagamentos relativos ao aluguel do Ed. Lino Martins e caso sejam detectadas as mesmas irregularidades citadas no

⁵ Nos termos das procurações de fls. 809/810*.



relatório que seja instaurada TCE”.

IV – DAS CONCLUSÕES DO CONTROLE INTERNO

7. Por meio do Relatório de Auditoria n.º 001/2013 – DIMAT/CONIE/CONT/STC (fls. 868/875*), a Controladoria Geral da Secretaria de Estado de Transparência e Controle – STC concluiu que houve dano ao erário de R\$ 72.761,73 e responsabilizou os Srs. José Benevenuto Estrela e Nelson Souza Marques, respectivamente, Secretário de Apoio Operacional e executor do contrato.

V – DA ANÁLISE

8. Com o Memorando n.º 025/2005 – DIAOP/SEMARH, de 11/4/2005 (fls. 2/3*), em razão da iminente rescisão dos Contratos n.º 3/2003 e 7/2003, ambos firmados com a empresa Data Construção e Projetos Ltda., o Diretor de Apoio Operacional solicitou ao Gabinete da SEMARH autorização para iniciar a unificação da área de 3990 m², até então locada por meio dos mencionados ajustes. O pleito foi deferido em 16/4/2005 pelo Secretário, à época, Antônio Gomes (fl. 4*). Com o expediente de fls. 42/44*, de 13/5/2005, a Data Construção e Projetos Ltda. apresentou suas condições.

9. O Contrato n.º 3/2003, de 28/8/2003 (fls. 203/206*), tinha como objeto a locação de 2.198 m², no 1º andar e térreo, e 12 vagas de garagem, pelo valor mensal de R\$ 58.000,00, totalizando R\$ 1.392.000,00, em 24 (vinte e quatro) meses de vigência, sem a inclusão de qualquer outra despesa, nos termos ajustados.

10. O Contrato n.º 7/2003, de 17/10/2003 (fls. 207/210*), tinha como objeto a locação de 1.792 m², no 2º e 3º andares, e 10 vagas de garagem no 3º subsolo, com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com custo mensal de R\$ 46.000,00, sendo (R\$ 40.000,00 o valor do aluguel e R\$ 6.000,00 o correspondente ao condomínio), totalizando a importância de R\$ 1.104.000,00, sem a inclusão de outras despesas, nos termos ajustados.

11. A proposta da empresa Data Construção e Projetos Ltda., de 24/8/2005 (fls. 226/228*)⁶, assim discriminou as condições:

“(…)

– Serão acrescentadas no novo contrato 21 (vinte e uma) vagas cobertas na garagem, ao preço unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais), no 3º subsolo, e mais 40 (quarenta) vagas externas ao preço unitário de R\$ 100,00 (cem reais), totalizando R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais);

– Em virtude do acréscimo do quantitativo de vagas, internas e externas, o valor do novo contrato será de R\$ 115.840,09 (cento e quinze mil oitocentos e quarenta reais e nove centavos), compreendendo: a) valor do aluguel R\$ 107.640,09 e novas vagas R\$ 8.200,00;

– O valor estimado mensalmente para o condomínio será de R\$ 59.799,43 (cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e três

⁶ Em 24.08.05, a empresa apresentou outra proposta, com pequenas alterações (fls. 226/228*).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 51

Proc.: 17.036/13

Rubrica

centavos), correspondente ao rateio das despesas de manutenção do Edifício na proporção da área ocupada pela SEMARH, ou seja, 33,505086%, contemplando as seguintes despesas: manutenção de elevadores, manutenção do sistema hidráulico, manutenção do sistema elétrico, manutenção do sistema de ar condicionado, manutenção predial (pintura, piso, forro, revestimentos), manutenção do sistema de rede estruturada de voz e dados, limpeza das áreas comuns, despesas com pessoal da administração do condomínio (03 funcionários), seguro predial, tais como salário e encargos trabalhistas, despesas com telefone, etc, conforme planilha de custos anexa;

– Os valores gastos com água e esgoto e consumo de energia elétrica, estimados em R\$ 16.311,74 (dezesesseis mil trezentos e onze reais e setenta e quatro centavos), mensais, proporcionais a 33,505086% da área a ser locada pela SEMARH, serão pagos pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, ficando a SEMARH incumbida do repasse;

– O valor correspondente ao novo contrato acima sofreu correção pró-rata, de acordo com o índice IGPM, levando-se em consideração a antecipação da rescisão dos contratos: CONTRATO 03/2003 E CONTRATO 07/2003 (...)."

12. Dessa forma, isto é, com base nessa proposta a SEMARH firmou o Contrato n.º 6/2005, como segue:

Fls.*	Instrumento	Data	Observação
243/246	CT 6/2005	29/8/2005	Com vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, no valor total de R\$ 2.303.415,12. Sendo o aluguel mensal de R\$ 115.840,09. Incluindo condomínio (R\$ 59.799,43) e energia elétrica (R\$ 16.311,74).
299/304	RR	28/2/2006	Estabeleceu o valor do condomínio em R\$ 40.000,00, bem como definiu que os impostos, taxas, o prêmio de seguro complementar contra fogo e as despesas extraordinárias de condomínio seriam de responsabilidade do locador.
349/350	1º TA	28/8/2006	Prorrogou a vigência de 29/8/2006 a 28/8/2007.
639/640 720/721	2º TA	28/8/2007	Prorrogou a vigência em 4 (quatro) meses da assinatura e reajustou o aluguel mensal para R\$ 124.158,72, permanecendo o condomínio em R\$ 40.000,00.

NOTA: Contrato (CT), Rerratificação (RR).

13. Do cotejo dos instrumentos firmados, extrai-se que com o novo ajuste, sem qualquer explicação, foram incluídas ou majoradas despesas que até então não eram previstas nos ajustes pactuados em momento anterior, como segue:

a) no Contrato n.º 3/2003, pela área de 2.198 m², pagou-se o aluguel mensal de R\$ 58.000,00, sem a inclusão de qualquer outra despesa;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 52

Proc.: 17.036/13

Rubrica

b) no Contrato n.º 7/2003, pela área de 1.792 m², pagou-se o aluguel mensal de R\$ 40.000,00 mais R\$ 6.000,00 de condomínio;

c) no Contrato n.º 6/2005, pela área de 3.990 m² (soma das áreas dos dois ajustes anteriores), pagou-se o aluguel mensal, inicialmente, de R\$ 115.840,09, mais condomínio de R\$ 59.799,43 e água e luz no valor de R\$ 16.311,74.

14. No Contrato n.º 3/2003, não se pagou nenhuma despesa além do aluguel, pelo menos não foi pactuado. No Contrato n.º 7/2003, incluiu condomínio de R\$ 6.000,00, mensal. Já no Contrato n.º 6/2005, com locação da área anteriormente locada pelos ajustes de 2003, o custo do condomínio passou para R\$ 59.799,43, isto é, R\$ 53.799,43 a maior, o que corresponde a um aumento de 996,66 %.

15. Nos 3 (três) ajustes, conforme Cláusula Nona, item II, a Locadora teria de pagar os impostos, as taxas, o prêmio de seguro complementar contra fogo e as despesas extraordinárias de condomínio, que incidissem ou viessem a incidir sobre o imóvel. Também, nos termos do item IV dessa cláusula do Contrato n.º 6/2005, arcaria com as despesas provenientes das reformas sugeridas no Termo de Vistoria de fls. 167/191*.

16. No que tange ao Contrato n.º 6/2005, conforme documentos acostados ao Processo n.º 190.001.043/2005, ocorreram os pagamentos, como segue:

a) **Aluguel**

Fatura			Período	Pag. fls.**
Fls.**	N.º	Valor R\$		
2	1/2005	115.840,09	29/8 a 28/9/2005	58/60
72	3/2005	115.840,09	29/9 a 28/10/2005	74/76
163	5/2005	115.840,09	29/10 a 28/11/2005	165/168
236	7/2005	115.840,09	29/11 a 28/12/2005	237, 278, 279
280	9/2006	115.840,09	29/12 a 28/1/2006	285/287
299	15/2006	115.840,09	29/1 a 28/2/2006	302/305
452	12/2006	115.840,09	1/3 a 28/3/2006	455/457
472	16/2006	115.840,09	29/3 a 28/4/2006	477/479
527	19/2006	115.840,09	29/4 a 28/5/2006	531/533
563	22/2006	115.840,09	29/5 a 28/6/2006	567/569
608	25/2006	115.840,09	29/6 a 28/7/2006	617/619
646	28/2006	115.840,09	29/7 a 28/8/2006	652/654, 612
674	31/2006	119.063,54	29/8 a 28/9/2006	681/683
698	34/2006	119.063,54	29/9 a 28/10/2006	724/732
733	37/2006	119.063,54	29/10 a 28/11/2006	736/738
749	40/2006	119.063,54	29/11 a 28/12/2006	772/773, 776
786	43/2007	119.063,54	29/12 a 28/1/2007	824/830, 864/865, 888



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 53

Proc.: 17.036/13

Rubrica

838	46/2007	119.063,54	29/1 a 28/2/2007	850/851
840	49/2007	119.063,54	1/3 a 31/3/2007	848/849
867	52/2007	119.063,54	1/4 a 30/4/2007	874/875
877	55/2007	119.063,54	1/5 a 31/5/2007	884/885

NOTA: nas faturas o objeto está discriminado como: **“Valor referente à locação do Imóvel acima identificado, conforme Contrato de Locação ...”**.

b) Condomínio

Fatura			Período	Pag. fls. **
Fls. **	N.º	Valor R\$		
3	2/2005	59.500,00	29/8 a 28/9/2005	58/60
83	4/2005	59.192,32	29/9 a 28/10/2005	157/160
169	6/2005	56.955,42	29/10 a 28/11/2005	234, 273 e 275
238	8/2005	55.447,70	29/11 a 28/12/2005	278/279
305	10/2006	52.652,82	29/12 a 28/1/2006	449/451
382	11/2006	49.568,60	29/1 a 28/2/2006	449/451
465	13/2006	40.000,00	1/3 a 28/3/2006	466/468
473	17/2006	40.000,00	29/3 a 28/4/2006	477/479
528	20/2006	40.000,00	29/4 a 28/5/2006	531/533
564	23/2006	40.000,00	29/5 a 28/6/2006	567/569
609	26/2006	40.000,00	29/6 a 28/7/2006	614/568
647	29/2006	40.000,00	29/7 a 28/8/2006	652/654, 612
676	32/2006	40.000,00	29/8 a 28/9/2006	681/683
699	35/2006	40.000,00	29/9 a 28/10/2006	725/726
734	38/2006	40.000,00	29/10 a 28/11/2006	736/738
750	41/2006	40.000,00	29/11 a 28/12/2006	772/773, 776
889	44/2007	37.766,99	29/12 a 28/1/2007	NE
918	47/2007	37.714,65	29/1 a 28/2/2007	NE
944	50/2007	40.209,05	1/3 a 31/3/2007	NE
971	53/2007	40.018,18	1/4 a 30/4/2007	NE
1020	56/2007	41.245,08	1/5 a 31/5/2007	NE

NOTA: NE (não encontrado), isto é, não há informações nos autos acerca do pagamento. Nas faturas o objeto está discriminado como: **“Valor referente ao Rateio de despesas com administração do condomínio acima identificado, conforme Contrato de Locação ...”** ou **“Valor referente a despesas Ordinárias de condomínio do Imóvel acima identificado, conforme Contrato de Prestação de Serviços Nº. 006/2005 ...”**.

c) Despesas com condomínio (outras despesas)

Fatura			Período	Pag. fls. **
Fls. **	N.º	Valor R\$		



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 54

Proc.: 17.036/13

Rubrica

Fatura			Período	Pag. fls. **
Fls. **	N.º	Valor R\$		
485	14/2006	8.191,99	1 a 28/3/2006	523/525
496	18/2006	2.433,77	29/3 a 28/4/2006	523/525
534	21/2006	2.897,24	29/4 a 28/5/2006	560/562
571	24/2006	4.311,59	29/5 a 28/6/2006	605/607
620	27/2006	6.008,77	29/6 a 28/7/2006	643/645
655	30/2006	5.315,04	29/7 a 28/8/2006	670/672
685	33/2006	4.996,22	29/8 a 28/9/2006	693/695
700	36/2006	5.732,84	29/9 a 28/10/2006	725/726
739	39/2006	5.256,14	29/10 a 28/11/2006	774 e 777
753	42/2006	5.644,67	29/11 a 28/12/2006	775 e 778
1064	45/2007	6.322,78	29/12 a 28/1/2007	NE
839	48/2007	5.353,50	29/1 a 28/2/2007	NE
1018	57/2007	8.197,74	1/5 a 31/5/2007	NE

NOTA: NE (não encontrado), isto é, não há informações nos autos acerca do pagamento. Nas faturas o objeto está discriminado como: ***“Valor referente a Despesas do condomínio do Imóvel acima identificado, conforme ANEXO I item III do Contrato de Prestação de Serviços Nº. 006/2005 ...”***.

17. No que tange às despesas listadas na alínea “c” do parágrafo anterior desta instrução, as faturas foram atestadas pelo executor do contrato, Sr. Nelson Souza Marques, e o pagamento autorizado pelo Secretário de Apoio Operacional, Sr. José Benevenuto Estrela, como segue:

Fatura			Atesto fls. **	Autorização de pagamento fls. **
Fls. **	N.º	Valor R\$		
485	14/2006	8.191,99	484 e 485-v	523
496	18/2006	2.433,77	484 e 496-v	523
534	21/2006	2.897,24	534-v e 559	560
571	24/2006	4.311,59	570 e 571-v	605
620	27/2006	6.008,77	620-v e 642	643
655	30/2006	5.315,04	655-v e 669	670
685	33/2006	4.996,22	684 e 685-v	693
700	36/2006	5.732,84	700-v	725
739	39/2006	5.256,14	739-v	772
753	42/2006	5.644,67	753-v	772

NOTA: tanto o atesto quanto à autorização de pagamento da Fatura n.º 42/2006 são do Secretário de Apoio Operacional, Sr. José Benevenuto Estrela.

18. A CTCE quantificou o prejuízo em R\$ 50.788,27, em razão dos valores pagos a título de “outras despesas” (fl. 812*), como segue:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 55

Proc.: 17.036/13

Rubrica

Fatura			Período	Pag. fls. **	
Fls. **	N.º	Valor R\$		Fls. **	Data
485	14/2006	8.191,99	1 a 28/3/2006	523/525	12/5/2006
496	18/2006	2.433,77	29/3 a 28/4/2006	523/525	12/5/2006
534	21/2006	2.897,24	29/4 a 28/5/2006	560/562	2/6/2006
571	24/2006	4.311,59	29/5 a 28/6/2006	605/607	30/6/2006
620	27/2006	6.008,77	29/6 a 28/7/2006	643/645	10/8/2006
655	30/2006	5.315,04	29/7 a 28/8/2006	670/672	8/9/2006
685	33/2006	4.996,22	29/8 a 28/9/2006	693/695	6/10/2006
700	36/2006	5.732,84	29/9 a 28/10/2006	725/726	30/10/2006
739	39/2006	5.256,14	29/10 a 28/11/2006	774 e 777	20/12/2006
753	42/2006	5.644,67	29/11 a 28/12/2006	775 e 778	20/12/2006
TOTAL		50.788,27			

19. Nessa linha, firmou entendimento de que as mencionadas despesas estavam incluídas no valor do condomínio, além da não observância do estabelecido no Anexo I, item III, ao Contrato n.º 6/2005, conforme discorrido às fls. 785* e o indicado no Relatório de TCE n.º 114/2011 – CPTCE 1F/DIEXEII/SUTCE/STC (fls. 811/816*), *verbis*:

“A presente Comissão tem o entendimento de que as despesas denominadas como ‘outras despesas’ caracterizam prejuízo ao Erário do Distrito Federal, uma vez que o Termo de Re-ratificação do Contrato n.º 006/2005 em seu anexo I, item III, exigia da empresa Data a apresentação de no mínimo três orçamentos detalhados, a justificativa demonstrando a necessidade e o preço de mercado, e exigia da Semarh, após recebimento dos orçamentos, consulta ao mercado e autorização da despesa, se verificada a real necessidade, senão vejamos (fls. 299/304 do processo principal):

Qualquer outra despesa não caracterizada como ordinária ou extraordinária, será tratada como exceção.

*Parágrafo 1º - Tais despesas deverão vir precedidas de **orçamento detalhado**, com no **mínimo 3 propostas**, evidenciando a **necessidade de sua realização**, bem como os **preços praticados no mercado**.*

*Parágrafo 2º - O **locatário**, de posse dos orçamentos apresentados pelo locador, **fica obrigado a proceder**, também, **consultas ao mercado**, visando comprovar os valores praticados, **autorizando a despesa, se verificada a real necessidade** de execução dos serviços e/ou aquisições.*

Observa-se dos autos que não era obedecido o que determinava o citado Termo, há autorização de despesa por parte da Semarh sem a apresentação de orçamentos e, mesmo quando havia orçamento, a Semarh autorizava sem realizar a pesquisa de mercado, bem como sem verificar a



real necessidade, tornando, portanto, as 'outras despesas' em despesas irregulares. Nunca houve o cumprimento das etapas estabelecidas para a realização da despesa.

Além desses fatos, tem o agravante de que algumas dessas despesas eram despesas ordinárias, as quais eram cobertas pelo pagamento do condomínio no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), tais como, manutenção de extintores, materiais de pintura, manutenção do ar condicionado, etc.

Mais agravante ainda é o fato de que algumas despesas seriam benfeitorias, a exemplo, mudança de layout, implantação de rede lógica, instalação de ponto de rede, etc. Em relação às benfeitorias, a Semarh deveria ter seguido o Parecer nº 364/2005 da Procuradoria-Geral do DF, que determinava que as despesas classificadas como benfeitorias precisavam seguir a legislação que rege a matéria, concernente a direito de indenização e/ou retenção (fls. 86/95 do processo principal).

Cabe ressaltar que o citado termo não foi enviado para aprovação da Procuradoria”.

20. Afora o débito apontado, a CTCE registrou que há indícios de que houve o pagamento dessas despesas no período de janeiro a maio de 2007.

21. Por intermédio dos documentos de fls. 833/849*, a Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal esclareceu que foram feitos pagamentos em 2007 dos valores concernentes ao aluguel. Para confirmar essa informação, extraiu-se a “Lista de Ordem Bancária Credor Geral” para a Unidade Gestora – UG 280101 (SEDHAB) e constatou-se que, nesse exercício, foram pagas as despesas informadas para a Data Construções e Projetos Ltda. (fls. 24/25).

22. Dessa forma, apesar das Faturas n.ºs 45, 48 e 57 (fls. 839**, 1018** e 1064**), é plausível inferir que não houve o pagamento dessas despesas no exercício de 2007, pela SEDHAB. Também, em que pese à existência das Faturas n.ºs 44, 47,50, 53 e 56 (fls. 889**, 918**, 944**, 971** e 1020**), relativas ao condomínio, não se encontrou os documentos que demonstrem o pagamento delas nos autos. Afora isso, registre-se que essas faturas não estão atestadas pelo executor do contrato.

23. Assim, tem-se que os fundamentos e o valor do prejuízo apurado pela Comissão de Tomada de Contas Especial não merecem reparos. Também, apropriada foi a responsabilização solidária do executor do contrato, Sr. Nelson Souza Marques, e do Secretário de Apoio Operacional, Sr. José Benevenuto Estrela, à época dos fatos⁷, uma vez que aquele atestou e este autorizou o pagamento da mencionada despesa, os quais respondem pelo débito nominal de R\$ 50.788,27, em 2006, que,

⁷ Registre-se que os responsabilizados, inclusive, apresentaram defesa na fase interna, que foi considerada improcedente pela CTCE, como exposto no seu relatório.



atualizado para 2013, corresponde a R\$ 72.761,73 (fls. 26), nos termos da matriz de responsabilidade de fl. 27.

VI – OUTROS FATOS

24. O assunto desta TCE foi objeto de análise na Tomada de Contas Anual, concernente ao exercício financeiro de 2007, acompanhada no Processo n.º 28851/2008, conforme Informação n.º 223/2013 – SECONT/ 2ª DICONTE (fls. 6/9). Como relatado, houve apuração, por intermédio de sindicância, da possível ocorrência de irregularidades nos pagamentos decorrentes do Contrato n.º 6/2005.

25. O procedimento de sindicância constou do Processo n.º 390.001.959/2007, que não foi encaminhado ao Tribunal. Do levantamento feito pela comissão acerca das faturas emitidas pela Data Construções e Projetos Ltda., em razão do mencionado ajuste, relativas ao exercício de 2007 (fls. 10/21), somente 4 (quatro) não constam do Processo n.º 190.001.043/2005, como segue:

<i>Fatura</i>	<i>Valor R\$</i>	<i>Relativa ao período</i>
51/2007	4.964,04	1º a 31/3/2007 – outras despesas
59/2007	38.371,25	1º a 31/6/2007 – (a)
62/2007	40.271,27	1º a 31/7/2007 – (a)
65/2007	39.269,91	1º a 28/8/2007 – (a)

NOTA: (a) não há informação quanto ao tipo de serviço dessas faturas.

26. Segundo o relato da Comissão de Sindicância as faturas indicadas no parágrafo anterior não foram atestadas e tampouco pagas. Assim, considerando o discutido nos parágrafos 11 a 26 desta instrução, tem-se que essa questão não influencia no objeto desta TCE.

VII – CONCLUSÕES e SUGESTÕES

27. Como decorrido, foram pagas despesas em desacordo com o estabelecido no Termo de Rerratificação, Anexo I, item III, ao Contrato n.º 6/2005, de 29/8/2005 (respectivamente, fls. 243/246* e 299/304*), firmados entre a SEMARH e a empresa Data Construções e Projetos Ltda.

28. Conforme as apurações feitas pela CTCE e documentos constantes do Processo n.º 190.001.043/2005, foram pagos indevidamente R\$ 50.788,27, em 2006, que atualizados para 2013, correspondem a R\$ 72.761,73 (fls. 26). Sendo responsabilizados solidariamente o Executor do ajuste, Sr. Nelson Souza Marques, e o Secretário de Apoio Operacional, Sr. José Benevenuto Estrela, como indicado na Matriz de Responsabilidade de fl. 27.

29. Posto isso, sugere-se ao egrégio Plenário que:

- I) tome conhecimento da Tomada de Contas Especial, consubstanciada no Processo n.º 190.000.565/2005;
- II) com fulcro no art. 13, inciso II, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, determine a citação dos nomeados no parágrafo 30 desta



instrução para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto aos fatos apontados na matriz de responsabilidade de fl. 27 ou, se preferirem, recolham o valor do débito de R\$ 72.761,73 (atualizado para 2013 – fl. 26);

III) autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências necessárias.

O Diretor da 3ª Divisão de Contas manifesta-se em Cota Complementar. Defende, com base em precedente (Processo nº 633/04 - Decisão nº 1.415/13), a citação, também, da empresa beneficiada pelos valores pagos a mais pela Administração.

Suas considerações foram assim lançadas:

3. Também concordo com a proposta de audiência dos servidores, entretanto, creio que a empresa contratada deveria também compor o rol de responsáveis pelo débito, de forma solidária.

4. Em casos semelhantes, o Tribunal tem entendido que o terceiro que se beneficia de valores pagos a mais pela Administração, durante a execução de contratos firmados entre o ente público e o particular, deve também ser chamado aos autos para responder pelo débito.

5. No Processo nº 633/04, que examina a contratação de empresa por meio da Carta-Convite nº 14/99, levada a efeito pela então Secretaria de Estado de Esporte e Valorização da Juventude do Distrito Federal, a Corte decidiu citar também a contratada para responder pelo sobrepreço constatado, conforme Decisão nº 1.415/13. Cito:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da Tomada de Contas Especial; II. **determinar, com fulcro no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994 e no art. 172 do RI/TCDF, a citação dos responsáveis indicados no parágrafo 35 da Informação nº 234/12 (fls. 252), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesa quanto à responsabilidade solidária apontada no referido parágrafo e na matriz de responsabilização vista à fl. 239, referente ao sobrepreço ocorrido no Convite nº 14/1999, de que trata o Processo nº 010.001.136/2003, ou, se preferirem, recolham, desde logo, aos cofres do Distrito Federal, o prejuízo de R\$ 20.437,99 (valor em 19.11.2012, fls. 238), que deverá ser atualizado na data da efetiva quitação do débito, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001;** III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas. (grifei)

6. O parágrafo 35 da Informação nº 234/12, assim estabelece:

35. Demonstrada a irregularidade na realização do respectivo procedimento licitatório, convém destacar a participação de cada um no citado dano:

a) Graal Comércio e Serviços Ltda., empresa vencedora do processo licitatório, tendo sido verificado superfaturamento no valor dos bens licitados no item 1.1. do edital;



b) Lindalva de Medeiros Ribeiro, Presidente da Comissão de Licitação – inobservância dos preceitos legais estabelecidos nos arts. 3º, 14, 27 e 43, IV, da Lei de Licitações e art. 37, XXI, da CF/88;

c) Joacília Maria Cabral, membro da Comissão de Licitação – inobservância dos preceitos legais estabelecidos nos arts. 3º, 14, 27 e 43, IV, da Lei de Licitações e art. 37, XXI, da CF/88;

d) Márcia Patrício de Oliveira, membro da Comissão de Licitação – inobservância dos preceitos legais estabelecidos nos arts. 3º, 14, 27 e 43, IV, da Lei de Licitações e art. 37, XXI, da CF/88;

e) Maria das Dores Rabelo, membro da Comissão de Licitação – inobservância dos preceitos legais estabelecidos nos arts. 3º, 14, 27 e 43, IV, da Lei de Licitações e art. 37, XXI, da CF/88. (grifei)

7. Nessa licitação, a empresa cobrou e recebeu valor maior que o devido para determinado produto. Neste Processo, verifica-se que a contratada também cobrou e recebeu valor maior que o devido, portanto, seguindo o mesmo entendimento da Decisão nº 1.415/13, caberia a citação da empresa DATA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA., CNPJ nº 01.346.121/0001-52, para responder de forma solidária pelo prejuízo identificado de R\$ 72.761,73, juntamente com os servidores NELSON SOUZA MARQUES e JOSÉ BEVENUTO ESTRELA.

8. Nesse sentido, concordando em parte com a instrução, proponho ao egrégio Plenário que:

I) tome conhecimento da Tomada de Contas Especial, consubstanciada no Processo n.º 190.000.565/2005;

II) com fulcro no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, ordene a citação dos nomeados no parágrafo 7 desta Cota Complementar para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto aos fatos apontados na matriz de responsabilidade de fl. 27 ou, se preferirem, recolham o valor do débito de R\$ 72.761,73 (atualizado para 2013 – fl. 26);

III) autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências necessárias.

O Ministério Público emite seu Parecer, de nº 159/14 – CF, em linha com a instrução.

É o Relatório.



VOTO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela então Secretaria de Estado da Ordem Pública do DF, atual Secretaria de Transparência e Controle – STC (Processo nº 190.000.565/05), para apurar a ocorrência de prejuízo no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH, em razão do Contrato nº 6/05, firmado com a empresa Data Construções e Projetos Ltda., para locação do imóvel situado na Quadra 2, Bloco “L”, Edifício Lino Martins Pinto, Setor Bancário Sul, com área de 3.990 m².

A Comissão de Tomada de Contas Especial – CTCE, após discorrer sobre as apurações⁸, firmou entendimento no sentido de que o Sr. José Benevenuto Estrela, Subsecretário de Apoio Operacional, à época, e o Sr. Nelson Souza Marques, executor do contrato, são responsáveis, solidariamente, pelo prejuízo causado ao Erário Distrital, em decorrência da realização de despesas denominadas “outras despesas” consideradas irregulares.

As conclusões do Controle Interno foram no mesmo sentido⁹, sendo o dano ao erário calculado em R\$ 72.761,73, valores de 2013.

A análise empreendida pelo corpo técnico deste Tribunal, mediante a Informação nº 261/13, corroborou a percepção indicada.

A comparação entre as condições estabelecidas no Contrato nº 06/05 e os instrumentos firmados anteriormente (Contratos nº⁵ 3/03 e 07/03), revelou a inclusão ou majoração de despesas até então não previstas¹⁰. Verificou-se que no novo pacto, que unificou a área constante dos ajustes de 2003, o custo do condomínio passou para R\$ 59.799,43, representando um incremento de R\$ 53.799,43, ou seja, variação de 996,66 %.

⁸ Relatório de TCE nº 114/11 – CPTCE 1F/DIEXEII/SUTCE/STC (fls. 811/816 – Apenso nº 190.000.565/05).

⁹ Relatório de Auditoria nº 01/13 – DIMAT/CONIE/CONT/STC (fls. 868/875 – Apenso nº 190.000.565/05)

¹⁰

- no Contrato nº 3/03, pela área de 2.198 m², pagou-se o aluguel mensal de R\$ 58.000,00, sem a inclusão de qualquer outra despesa;
- no Contrato nº 7/03, pela área de 1.792 m², pagou-se o aluguel mensal de R\$ 40.000,00 mais R\$ 6.000,00 de condomínio;
- no Contrato nº 6/05, pela área de 3.990 m² (soma das áreas dos dois ajustes anteriores), pagou-se o aluguel mensal, inicialmente, de R\$ 115.840,09, mais condomínio de R\$ 59.799,43 e água e luz no valor de R\$ 16.311,74.



Paralelamente, identificou-se a realização de dispêndios, classificados como “outras despesas”, que estariam cobertos pelo valor do condomínio, sendo esta a origem do prejuízo consignado. Nessa linha, apontou-se, ainda, a não observância de condições estabelecidas em contrato, discorridas à fl. 785 – Apenso nº 190.000.565/05 e indicadas no Relatório de TCE (fls 811/816 – Apenso nº 190.000.565/05)¹¹.

Isso posto, a Unidade Técnica, a par de considerar que o valor do débito apurado não merece reparos, e que a responsabilização solidária revelou-se apropriada, manifesta-se pela citação dos implicados para que apresentem defesa ou, se preferirem, recolham a quantia devida.

O Diretor da 3ª Divisão de Contas manifesta-se em Cota Complementar. Defende, com base em precedente, a citação, também, da empresa beneficiada pelos valores pagos a mais pela Administração.

Pontua que no Processo nº 633/04 este Tribunal decidiu citar a contratada para responder pelo sobrepreço constatado, conforme Decisão nº 1.415/13.

¹¹ “[...] o Termo de Re-ratificação do Contrato nº 006/2005 em seu anexo I, item III, exigia da empresa Data a apresentação de no mínimo três orçamentos detalhados, a justificativa demonstrando a necessidade e o preço de mercado, e exigia da Semarh, após recebimento dos orçamentos, consulta ao mercado e autorização da despesa, se verificada a real necessidade, senão vejamos (fls. 299/304 do processo principal):

Qualquer outra despesa não caracterizada como ordinária ou extraordinária, será tratada como exceção.

*Parágrafo 1º - Tais despesas deverão vir precedidas de **orçamento detalhado**, com no **mínimo 3 propostas**, evidenciando a **necessidade de sua realização, bem como os preços praticados no mercado**.*

*Parágrafo 2º - O **locatário**, de posse dos orçamentos apresentados pelo locador, **fica obrigado a proceder, também, consultas ao mercado**, visando comprovar os valores praticados, **autorizando a despesa, se verificada a real necessidade** de execução dos serviços e/ou aquisições.*

Observa-se dos autos que não era obedecido o que determinava o citado Termo, há autorização de despesa por parte da Semarh sem a apresentação de orçamentos e, mesmo quando havia orçamento, a Semarh autorizava sem realizar a pesquisa de mercado, bem como sem verificar a real necessidade, tornando, portanto, as ‘outras despesas’ em despesas irregulares. Nunca houve o cumprimento das etapas estabelecidas para a realização da despesa.

Além desses fatos, tem o agravante de que algumas dessas despesas eram despesas ordinárias, as quais eram cobertas pelo pagamento do condomínio no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), tais como, manutenção de extintores, materiais de pintura, manutenção do ar condicionado, etc.

Mais agravante ainda é o fato de que algumas despesas seriam benfeitorias, a exemplo, mudança de layout, implantação de rede lógica, instalação de ponto de rede, etc. Em relação às benfeitorias, a Semarh deveria ter seguido o Parecer nº 364/2005 da Procuradoria-Geral do DF, que determinava que as despesas classificadas como benfeitorias precisavam seguir a legislação que rege a matéria, concernente a direito de indenização e/ou retenção (fls. 86/95 do processo principal).

Cabe ressaltar que o citado termo não foi enviado para aprovação da Procuradoria”.



Registra que, naquela situação, a empresa cobrou e recebeu valor maior que o devido para determinado produto. Pondera que, no presente Processo a contratada também cobrou e recebeu valor maior que o devido. Portanto, seguindo o mesmo entendimento, defende *“a citação da empresa DATA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA., para responder de forma solidária pelo prejuízo identificado de R\$ 72.761,73, juntamente com os servidores NELSON SOUZA MARQUES e JOSÉ BEVENUTO ESTRELA”*.

O Ministério Público emite seu Parecer, de nº 159/14 – CF, em linha com a instrução.

Na medida em que a oitiva dos possíveis implicados servirá para agregar subsídios aos autos, viabilizando apreciação mais segura do mérito, tenho por adequado o encaminhamento proposto.

Com relação à citação da empresa Data Construções e Projetos LTDA., considerando o precedente indicado, acolho a proposta do Diretor da 3ª Divisão de Contas.

Ante o exposto, em harmonia com os termos postos na Cota Complementar de fls. 40/42, VOTO no sentido de que o Tribunal:

- I - tome conhecimento da Tomada de Contas Especial, consubstanciada no Processo nº 190.000.565/05;
- II - com fulcro no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, ordene a citação dos nomeados no parágrafo 7 da Cota Complementar de fls. 40/42, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto aos fatos apontados na matriz de responsabilidade de fl. 27 ou, se preferirem, recolham o valor do débito de R\$ 72.761,73 (atualizado para 2013 – fl. 26);
- III - autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências necessárias.

Sala das Sessões, de março de 2014.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora